

O campismo, doença senil de alguma esquerda

Texto de Luís Leiria

A guerra da Ucrânia veio pôr em evidência uma doença que muitos já tinham por superada na esquerda: o campismo. É uma doença, difícil de entender, que leva gente de esquerda a alinhar-se com uma potência invasora, a Rússia, contra a Ucrânia, um dos países mais pobres da Europa.

Quais são as causas desta maleita? Será que esse alinhamento é porque a Rússia é comunista? Não pode ser: Moscovo já renegou há muito o comunismo ou o socialismo e hoje é governada por capitalistas mafiosos que têm em Putin um dos seus representantes. Um presidente que, aliás, não esconde o seu sonho de reviver a grandeza do velho império russo dos czares e o seu ódio a Vladimir Lenin, o fundador da Rússia soviética.

Invertendo vítimas e agressores

Como explicar então a obsessão por parte de alguma esquerda de fornecer álibis a Putin e aos seus generais, sem manifestar qualquer simpatia ou piedade pelas vítimas civis ucranianas? Se lhes perguntarmos, ouviremos uma resposta pronta: é que nesta guerra, dizem, o verdadeiro agressor é o imperialismo dos Estados Unidos. Foi a Casa Branca que forçou o Kremlin a avançar, ao impor um cerco cada vez mais forte à Rússia, cuja última peça é a Ucrânia. Moscovo é, portanto, uma vítima, embora não pareça. Quem tem de ser combatido, dizem, é o imperialismo de Biden que está a armar a Ucrânia.

A partir desta premissa, constroem todo um discurso de desculpabilização do exército e governo russos, invertendo, assim, vítimas e agressores. Este é o diagnóstico da atual variante de uma doença que já é antiga. Vejamos as suas origens.

Como e quando nasceu o campismo

O campismo é um filho da Guerra Fria e das revoluções anticoloniais que marcaram as suas primeiras décadas. Uma parte da esquerda identificava-se com

a União Soviética e os países do chamado “socialismo real” e alinhava-se com a política de Moscovo. Essa atitude era também facilitada pelo apoio que a URSS dava em geral às revoluções anticoloniais, cujo exemplo mais marcante foi a do Vietname. O inimigo era o imperialismo norte-americano que combatia estas lutas de libertação. A esquerda devia alinhar-se ao “campo socialista” da URSS.

Surgiu assim o termo “campismo” para identificar esse alinhamento automático com a política da URSS em todo o mundo. No caso da libertação das colónias, o apoio era de facto unânime na esquerda, as divergências quedavam-se apenas entre o apoio incondicional ou crítico. Mas a unanimidade estilhaçava-se quando as lutas saíam deste âmbito.

Hungria e Checoslováquia

Em outubro-novembro de 1956, uma insurreição operária e popular derrubou o governo húngaro, levando ao poder o comunista dissidente Imre Nagy que anunciou a dissolução da polícia política, a intenção de retirar o país do Pacto de Varsóvia e prometeu a realização de eleições livres. Foi a senha para a invasão de Budapeste pelos tanques soviéticos, que enfrentaram a resistência húngara durante uma semana. Mais de 2.500 soldados húngaros e cerca de 700 soldados soviéticos foram mortos no conflito.

Doze anos depois, ocorre a Primavera de Praga na Checoslováquia e, mais uma vez, os tanques soviéticos invadiram um país do “campo socialista” para afogar em sangue uma experiência de reformas democratizantes.

Foi diante destas revoltas, ambas esmagadas pela URSS, que o campismo se pôs em evidência como uma doutrina perniciosa. É que a esquerda “campista” alinou-se, também neste caso, com o “campo” de Moscovo, apoiando a invasão dos tanques soviéticos à Hungria e à Checoslováquia e denunciando os revoltosos como agentes do imperialismo. Ser anti-imperialista, diziam, era combater esses agentes e os que os apoiavam, isto é, os Estados Unidos da América.

O atoleiro do Afeganistão

O apoio de uma parte da esquerda às invasões promovidas pela Rússia tem, como se vê, antecedentes bastante antigos. A maior destas invasões viria a ocorrer já nos estertores da Guerra Fria quando, em dezembro de 1979, as tropas russas invadiram o Afeganistão em apoio a um governo alinhado com Moscovo que

estava em riscos de ser deposto pelas guerrilhas muçulmanas.

A ocupação durou dez anos e representou um atoleiro para as tropas soviéticas que se retiraram, derrotadas, em fevereiro de 1989. Neste caso, a esquerda “campista” teve muitas dificuldades para explicar o seu alinhamento com Moscovo, no apoio a uma guerra de ocupação típica das potências imperialistas. Mas manteve-o, mesmo assim.

Diferente desta esquerda “campista”, houve uma outra esquerda que não se regeu por automatismos de alinhamento, avaliando cada caso à luz dos seus princípios, apoiando as lutas contra o imperialismo ocidental, mas também as revoltas populares nos países dominados pela União Soviética.

Ressurreição do campismo

Com o fim da Guerra Fria, parecia que as teorias campistas tinham os seus dias contados: deixara de haver “campo socialista” com o qual se alinhar. Mas o “campismo” renasceria, com algumas diferenças, mas muitas semelhanças com o anterior. Este “neocampismo” já não se define pelo alinhamento automático ao campo da URSS, que deixou de existir, mas sim pelo apoio a qualquer regime ou força que seja hostilizada por Washington.

Isto é: a esquerda neocampista já não aplica a lógica de “o inimigo do meu amigo (a URSS) é meu inimigo”. O seu princípio agora é “o inimigo do meu inimigo (os EUA) é meu amigo”. O novo alinhamento automático, então, abarca todos os países ou instituições que Washington hostiliza, independentemente de se tratarem também de potências imperialistas onde muitas vezes vigoram regimes autoritários, como é o caso da Rússia.

A partir desta definição, o discurso dos “neocampistas” tende a desvalorizar a política imperialista ou ditatorial dos inimigos dos seus inimigos, concentrando-se em denunciar o papel do inimigo principal, o imperialismo norte-americano, que aponta como o único responsável pela guerra, mesmo quando, como é o caso da atual guerra da Ucrânia, fosse a Rússia a iniciá-la através de uma invasão imperialista, de conquista de território e de aniquilação dos direitos de um povo.

Princípios orientadores

Que critérios devemos então seguir para definir a nossa posição diante de um

conflito?

A meu ver, quem melhor definiu os princípios orientadores a seguir diante da complexidade das situações que podem ser criadas foi Gilbert Achcar, no artigo “O anti-imperialismo deles - e o nosso” ([Esquerda.net](https://www.esquerda.net), 11/4/2021).

Passamos a citar: «O primeiro e mais importante: posições verdadeiramente progressistas - ao contrário de apologias de ditadores pintadas de vermelho - são determinadas em função dos melhores interesses do direito dos povos à autodeterminação democrática, não por oposição irrefletida a qualquer coisa que uma potência imperialista faça sob quaisquer circunstâncias; os anti-imperialistas devem “aprender a pensar”. Segundo: o anti-imperialismo progressista exige a oposição a todos os Estados imperialistas e não colocar-se do lado de uns imperialismos contra outros. Finalmente: mesmo nos casos excepcionais em que a intervenção de um poder imperialista beneficia um movimento popular emancipatório - e mesmo quando é a única opção disponível para salvar tal movimento da repressão sangrenta - os anti-imperialistas progressistas devem defender a desconfiança total relativamente ao poder imperialista e exigir a restrição de seu envolvimento a formas que limitem sua capacidade de impor a sua dominação sobre aqueles que pretende salvar.»

E o autor conclui: *«Qualquer discussão que se mantenha entre os anti-imperialistas progressistas que concordam com os princípios acima citados será essencialmente sobre questões táticas. Com os neocampistas quase não há discussão possível: ofensa e calúnia são o seu modus operandi habitual, de acordo com a tradição de seus antecessores do século passado.»*